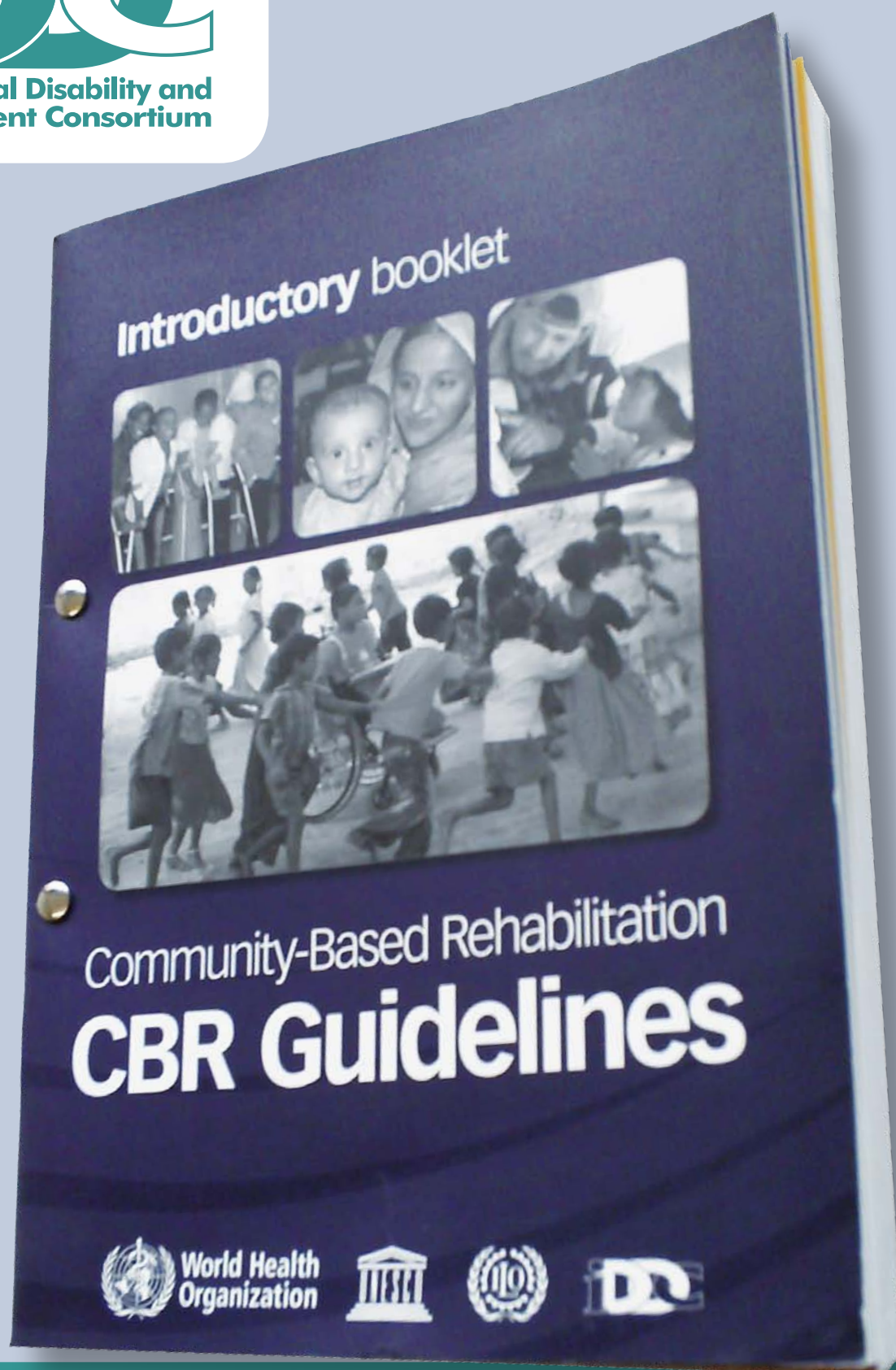




International Disability and  
Development Consortium



**Diretrizes de RBC como Ferramenta  
para o Desenvolvimento Inclusivo  
Baseado na Comunidade**

## Consórcio Internacional da Deficiência e do Desenvolvimento – International Disability and Development Consortium (IDDC): Colaborando globalmente para promover o Desenvolvimento Inclusivo

O IDDC é um consórcio global de organizações não-governamentais (ONGs) focadas em questões relativas à deficiência e ao desenvolvimento, ONGs de desenvolvimento geral e organizações de pessoas com deficiência (OPDs) que apoiam trabalho na área do desenvolvimento e deficiência em mais de 100 países à volta do mundo.

O objetivo principal do IDDC é promover o desenvolvimento inclusivo internacionalmente. Desenvolvimento inclusivo significa respeitar a totalidade dos direitos humanos

de cada pessoa, reconhecendo a diversidade, erradicando a pobreza e assegurando que todas as pessoas são totalmente incluídas e podem participar activamente nos processos e actividades de desenvolvimento, independente da sua idade, género, deficiência, estado de saúde, origem étnica ou qualquer outra característica.

Para mais informação, visite o nosso website em [www.iddcconsortium.net](http://www.iddcconsortium.net)

Se precisar desta publicação num formato alternativo, por favor contacte-nos.

---

### Informação sobre a Publicação

**Editor e Publicador:** IDDC

**Consultor Principal:** Maya Thomas

**Em colaboração com:** Grupo de Trabalho RBC do IDDC

**Tradução:** Isabel Silva, Sara Ramos Pinto

**Desenho Gráfico:** DB Print Belgium

**Cover:** © IDDC : Foto da versão integral das Diretrizes RBC



Esta publicação foi produzida com o apoio da União Europeia como parte do projeto “Tornando Inclusivo o Desenvolvimento”. O conteúdo desta publicação é da inteira responsabilidade do Consórcio Internacional da Deficiência e do Desenvolvimento (IDDC) e do proponente líder do projecto, Leonard Cheshire Disability, não podendo de forma alguma ser considerado como refletindo o ponto de vista da União Europeia.

© IDDC 2012

A reprodução desta publicação é encorajada com reconhecimento da fonte.

## Contenido

- Compreendendo a RBC 4
- A RBC e o desenvolvimento inclusivo baseado na comunidade 5
- Diretrizes de RBC 7
- Parcerias entre a RBC e outros atores; 10
- Diretrizes de RBC como um Quadro para Monitoria e Avaliação 12
- Referências 15

## Compreendendo a RBC

Ao longo das últimas três décadas tem havido uma mudança considerável de entendimento e procedimentos de Reabilitação Baseada na Comunidade (RBC) com o reconhecimento de que pessoas com deficiência têm os mesmos direitos e necessitam de acesso aos mesmos serviços e oportunidades nas suas comunidades. A RBC é hoje entendida como uma estratégia para assegurar a inclusão de pessoas com deficiência, assim como os mesmos direitos e oportunidades. A prática de RBC mudou de uma perspectiva médica de prestação de serviços, muitas vezes orientada apenas para um sector (ex. saúde ou educação), para uma abordagem compreensiva, multi-setorial, baseada em direitos. De acordo com o Documento de Posição Conjunta sobre RBC (2004), realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), os objetivos da RBC são:



© Jean-Jacques Bernard / Handicap International:  
"Inclusão de um grupo de adolescentes com deficiência numa escola togolesa"

- Assegurar que as pessoas com deficiência sejam capazes de maximizar as suas aptidões físicas e mentais para aceder a serviços e oportunidades normais e tornarem-se contribuintes ativos para a comunidade e para a sociedade em geral.
- Mobilizar comunidades para promover e proteger os direitos humanos das pessoas com deficiência através de mudanças dentro das suas próprias comunidades, por exemplo removendo barreiras para a sua participação.

O Documento de Posição Conjunta sobre a RBC, várias políticas nacionais e leis que referem a RBC, e referência implícita à RBC em certos artigos-chave (19, 26, 4.3, 29) da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) reflectem o reconhecimento progressivo e a aceitação da RBC globalmente. De acordo com um inquérito da OMS conduzido em 2007, cerca de 92 países tinham projetos e programas de RBC: 35 em África, 26 na Ásia, 24 na América Latina e 7 na Europa (Khasnabis e Heinicke-Motsch, 2008). Só em África, são mencionados 280 programas de RBC em 25 países (Adeoye e Hartley, 2008). Têm sido organizados congressos regionais de RBC ao longo da última década em África, na Ásia-Pacífico e na América Latina e foram estabelecidas plataformas regionais de RBC para manter o movimento de RBC através de formação e troca de informação, havendo planos para promover uma rede global de RBC.

## **A RBC e Desenvolvimento Inclusivo Baseado na Comunidade**

O termo “Desenvolvimento Inclusivo Baseado na Comunidade” é hoje cada vez mais utilizado e considera-se por vezes que significa o mesmo que RBC. Desenvolvimento inclusivo baseado na comunidade é um objetivo ou resultado final a ser atingido – tornar comunidades e sociedades em geral inclusivas de todos os grupos marginalizados e das suas preocupações, incluindo as pessoas com deficiência. A lógica é a de que ninguém deve ser excluído do desenvolvimento por razão alguma, seja pelo género, deficiência, etnia, estatuto de refugiado, orientação sexual, idade ou qualquer outro aspecto. A RBC é a ferramenta ou estratégia para atingir o objectivo de desenvolvimento inclusivo baseado na comunidade para as pessoas com deficiência bem como para quaisquer outros grupos de interesse na comunidade (género, etc.) usarem as suas próprias estratégias para tornar o desenvolvimento inclusivo dos seus grupos constituintes.

A RBC segue uma abordagem de duas vias ('twin-track') para atingir o objetivo de desenvolvimento inclusivo baseado na comunidade:

- 1) Trabalhando com pessoas com deficiência para desenvolver as suas capacidades, atender às suas necessidades específicas, assegurar a igualdade de oportunidades e direitos, e ajudá-las a tornarem-se auto-defensoras dos seus direitos.
- 2) Trabalhando dentro da comunidade e da sociedade em geral para remover barreiras que excluam pessoas com deficiência e assegurando a participação total e efectiva de todas as pessoas com deficiência em todas as esferas de desenvolvimento numa base de igualdade com os outros.

Na Bolívia, a EIFDFADL (Escola de Integração, Formação Desportiva, Formação Artística e Desenvolvimento Laboral) apoia o emprego de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho formal. O centro segue uma estratégia inovadora usando o desporto e atividades artísticas como meios para o desenvolvimento e independência pessoal, combinada com uma abordagem inclusiva envolvendo os pais e a comunidade no processo educacional. Através de formação sobre assertividade, conhecimentos de vida, capacidades vocacionais e sensibilização de empresas privadas, as pessoas com deficiência intelectual são preparadas e postas em contacto com o mercado local de trabalho – são estabelecidas relações específicas entre empregados e empregadores. Apesar do lobby para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual junto de empresas continuar difícil, foram estabelecidos com êxito diversos contactos. Os empregadores descobrem que os seus funcionários são de extrema confiança e passam a ver os seus empregados com deficiência intelectual (juntamente com o seu compromisso para com o trabalho) como um exemplo para os outros funcionários.

Nas comunidades onde existem diferentes actores a trabalhar com vários grupos marginalizados no sentido do desenvolvimento inclusivo dentro da comunidade, a RBC necessita de colaborar com tais grupos de forma a maximizar recursos e oportunidades, assim como para desenvolver uma voz colectiva de maior alcance na defesa pela inclusão. Em comunidades onde as necessidades de outros grupos marginalizados não são atendidas, a RBC talvez necessite considerar como incluir estes grupos em algumas das atividades, tais como meios de subsistência por exemplo.

Na Índia, projectos de RBC facilitaram por todo país a formação e federalização ao nível (administrativo) distrital de grupos de entre-ajuda de pessoas com deficiência em aldeias. Os grupos têm sido bem sucedidos na defesa de vários assuntos junto do governo local, por exemplo, a alocação de orçamento para pessoas com deficiência em programas de alívio à pobreza; acções de influência exercida sobre as autoridades dos caminhos-de-ferro locais para criação de um compartimento acessível às pessoas com deficiência; programas de acesso à segurança social e esquemas de bem-estar social para pessoas com deficiência; acções de encorajamento de membros na candidatura às eleições locais, apoio à organização de desportos, desenho, drama, dança, música, visitas recreativas e observação de festivais nacionais; programas de ajuda a outros grupos marginalizados, nomeadamente idosos, viúvas, mulheres despojadas e outros no acesso a esquemas de segurança social; discussão e defesa de tópicos como a limpeza da água, transportes, saneamento e outros aspectos de desenvolvimento geral.

## Diretrizes de RBC

As diretrizes de RBC da OMS, OIT, UNESCO e IDDC (2010) são uma tentativa de abordar a necessidade sentida de se ter um documento que sintetize experiências de todo mundo e providencie um entendimento unificado do **conceito e dos princípios** de RBC como uma abordagem compreensível baseada em direitos estabelecidos com base nos princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD). É suposto abordar as preocupações e o vazio entre os diferentes actores em diferentes regiões no que diz respeito ao entendimento conceptual, definições e práticas de RBC. As diretrizes providenciam uma **estrutura** para planeadores e praticantes de RBC, de forma a que consigam desenvolver actividades de acordo com o seu contexto local, necessidades e recursos. Não é um documento prescritivo e não advoga nenhum "modelo" particular, uma vez que já há muito se aceita não poder existir um modelo único de RBC.

As directrizes de RBC através da sintetização de experiências de RBC de diferentes regiões do mundo ajudam a **ilustrar conceitos existentes e novos** e desta forma **endossam e crescem** ao nível da prática no terreno.

O processo de desenvolvimento das directrizes durou seis anos (entre 2004 e 2010), estando envolvidas mais de 180 pessoas, desde governos, agências das Nações Unidas, sociedade civil e organizações de pessoas com deficiência (OPDs) de diferentes regiões.

As directrizes de RBC baseiam-se nos Princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:

- Respeito pela dignidade inerente, autonomia individual, incluindo a liberdade de fazer as suas próprias escolhas e a independência das pessoas
- Não discriminação
- Participação ativa total e inclusão na sociedade
- Respeito pela diferença e aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e humanidade
- Igualdade de oportunidades
- Acessibilidade
- Igualdade entre homens e mulheres
- Respeito pelas capacidades de evolução das crianças com deficiências e respeito pelos direitos das crianças para preservação das suas identidades

Outros princípios-chave subjacentes às diretrizes incluem o **reforço de poder** e a **sustentabilidade**.

**Os objetivos** das diretrizes de RBC são:

- Providenciar orientações sobre como desenvolver e fortalecer programas de RBC em linha com o Documento de Posição Conjunta e a CRPD.
- Promover a RBC como estratégia para o desenvolvimento inclusivo baseado na comunidade.
- Apoiar os atores a responder às necessidades básicas e a melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência e suas famílias.
- Facilitar o enquadramento de pessoas com deficiência através da promoção da sua inclusão e participação no desenvolvimento e processos de tomada de decisão.

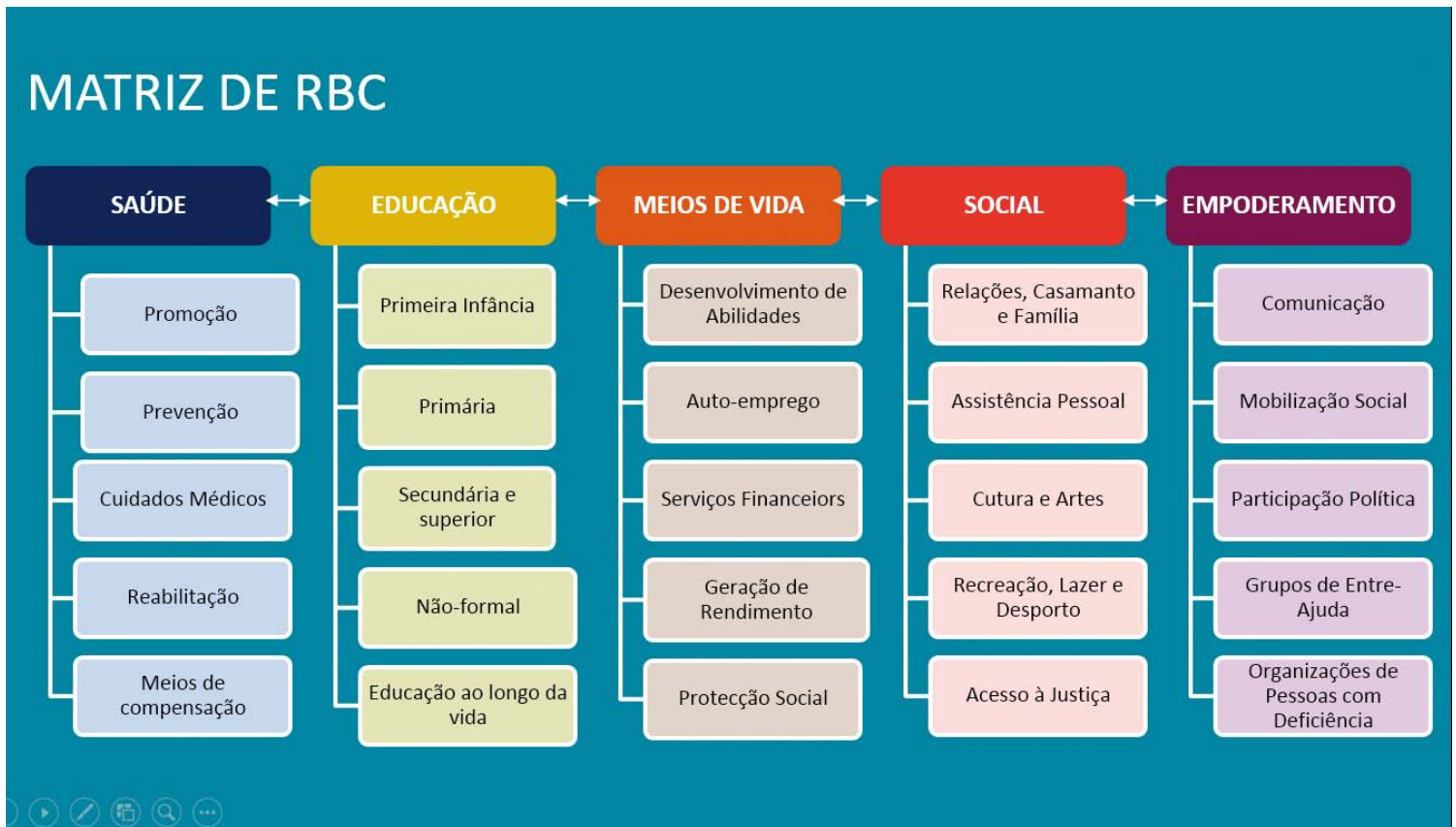
Os gestores de RBC são o primeiro público das diretrizes. O público secundário inclui pessoal envolvido na RBC, profissionais de saúde, educação, social e outros actores da comunidade, pessoas com deficiência, as suas famílias e as suas organizações, pessoal de agências governamentais e não-governamentais envolvidas em desenvolvimento e/ou deficiência, investigadores e académicos. O conteúdo das diretrizes inclui sete folhetos: Folheto Introdutório, componente de Saúde, componente de Educação, componente de Meios de Subsistência, componente Social, componente de Reforço de poder e folheto Suplementar. O Folheto Introdutório providencia uma visão geral dos objectivos, alcance e processo de desenvolvimento das diretrizes, seguido de explicações de conceitos-chave tais como deficiência, desenvolvimento, direitos humanos e RBC. Este folheto contém ainda a secção sobre gestão de RBC, integrando estudos de base, planeamento e desenho, implementação e monitoria e, finalmente, avaliação. As cinco componentes do folheto sobre Saúde, Educação, Meios de Subsistência, Social e Reforço de poder com os seus cinco elementos subsidiários (ver a Matriz RBC em baixo) estão estruturadas da seguinte forma:

- Preâmbulo, sumariando o objectivo da componente, o papel da RBC, resultados desejados, conceitos-chave e um sumário breve dos cinco elementos que formam esta componente.
- Explicações sobre os cinco elementos de cada componente: Introdução, Objetivo Principal do elemento, Papel da RBC, Resultados desejados, Conceitos-chave, Atividades sugeridas.
- Referências e leitura recomendada.
- Estudos de caso e exemplos são usados para ilustrar conceitos e atividades.

O **Folheto Suplementar** inclui secções adicionais sobre RBC em relação à saúde mental, HIV/SIDA, lepra e crises humanitárias.



A **Matriz RBC** das diretrizes sumaria as cinco componentes e os seus elementos.



A Matriz pode ser uma ferramenta de planeamento para o implementador de RBC; contudo, as diretrizes tornam claro não ser esperado que os programas implementem todos os elementos de acordo com a Matriz. Pelo contrário, estes podem escolher as opções mais adequadas ao seu contexto local, necessidades e recursos. Podem trabalhar em parceria com outras organizações para apoio nas áreas onde carecem de especialistas. Necessitam, no entanto, de assegurar que as pessoas com deficiência são envolvidas nas tomadas de decisão e que os programas são integrados na comunidade por forma a que os "serviços e instalações da comunidade para a população em geral sejam disponibilizados, em condições de igualdade, às pessoas com deficiência e estejam adaptados às suas necessidades" (CRPD artigo 19.7).

A Matriz RBC promove uma abordagem holística para a inclusão das pessoas com deficiência e as diferentes caixas servem apenas de guia para o que é possível. Na prática, os programas podem descobrir que certas actividades são dificilmente integradas em determinadas caixas. Alguns programas podem sentir que se tiverem apenas uma actividade numa caixa terão coberto esse elemento. É importante que os programas entendam que a Matriz pretende apenas guiar o planeamento e que pode existir um qualquer número de possibilidades de actividades dentro de cada caixa de acordo com as necessidades.



## Parceria entre a RBC e outros Atores

O desenvolvimento inclusivo no contexto de RBC significa que parcerias e alianças são necessárias entre diferentes atores, especialmente entre a RBC, organizações de pessoas com deficiência (OPDs), famílias de pessoas com deficiência e governo (Thomas et al, 2010). Ao invés de uma abordagem "ou/ou" dogmática e territorialista, todos os atores precisam de trabalhar em conjunto para tornar os programas relevantes e sustentáveis, para conseguirem outros recursos através de redes mais alargadas, para capitalizar as forças de cada um e atingir o objetivo de desenvolvimento inclusivo com pessoas com deficiência como auto-defensores. O desenvolvimento das diretrizes de RBC é um exemplo de parcerias efetivas entre múltiplos sectores – agências das Nações Unidas, OPDs, Governo, Doadores e Sociedade Civil, incluindo organizações não-governamentais nacionais e internacionais.

As diretrizes podem ser usadas como uma ferramenta para facilitar a comunicação entre governo, pessoas com deficiência e as suas famílias, OPDs e outros atores na comunidade para a defesa e realização dos direitos da pessoa com deficiência. Governos nacionais em particular precisam entender a RBC como parte de uma abordagem multisectorial baseada nos direitos e na redução da pobreza.

Nas Filipinas, a emissão da Ordem Executiva 437 de 21 de Junho de 2005 ordena a adoção da reabilitação baseada na comunidade (RBC) pelas unidades do governo local (UGLs) como uma abordagem/estratégia de prestação de serviços para pessoas com deficiência. Parcerias são estabelecidas entre organizações governamentais, organizações não-governamentais (ONGs) e organizações de pessoas com deficiência (OPDs) na formulação de políticas de implementação da RBC como estratégia para serviços compreensivos de reforço de poder das pessoas com deficiência e para a sua inclusão na sociedade.

**As Diretrizes podem ser usadas para advogar junto dos governos em favor da adoção e apoio à RBC como plano nacional e da criação de mecanismos de colaboração multi-setorial efetiva para assegurar a inclusão da RBC no desenvolvimento de políticas e práticas.**

Na região Asiática, referência específica à RBC é feita em políticas ao nível nacional no Butão, na Índia, na Indonésia, no Mianmar, na Palestina, no Sri Lanka, na Tailândia e em Timor Leste, o que significa uma mudança da situação na última década. Em África por exemplo, no Burkina Fasso, a RBC foi adotada como estratégia nacional para apoiar as pessoas com deficiência.

Uma ilustração das relações entre atores na comunidade:

(Fonte: Geiser P. The Role of the Community in the implementation of the CBR Matrix: Experiences of Local Inclusive Development. Presentation at 4th CAN CBR Conference, Abuja, October 2010).

## Atores-chave e relações na comunidade

**Define orientações estratégicas da comunidade e prioridades, administra/regula**

**Autoridades comunitárias**  
(governo local/Líderes tradicionais)

**Comunidade**  
(Áreas administrativas mais pequenas)

**Pessoas com deficiência, suas famílias e representantes de organizações**

**Utiliza serviços comunitários e toma parte nas atividades da comunidade como atores da sociedade civil**

**Atores de Desenvolvimento Local**

(OBCs, ONGs, prestadores de serviços privados e públicos em todos os sectores)

**Providencia serviços de qualidade (inclusivos e acessíveis a pessoas com deficiência)**

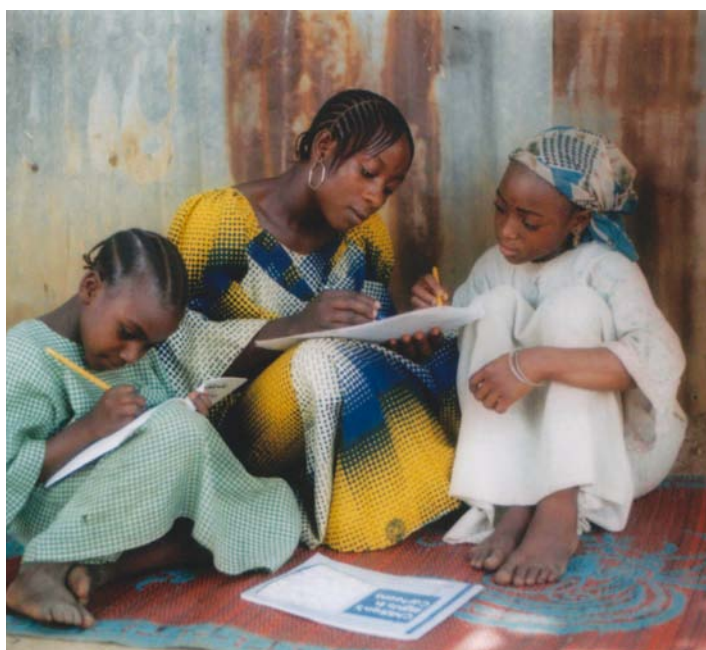
No Mali, um grupo de organizações de pessoas com deficiência participou nas consultas para a elaboração do plano de acção de desenvolvimento do conselho distrital junto com as autoridades locais prestadores de serviços e outros actores de desenvolvimento. Com base nos resultados do diagnóstico participativo local, as prioridades identificadas para abordar os problemas das pessoas com deficiência foram incluídas em 10 planos de ação dos conselhos distritais.

## Diretrizes de RBC como um Quadro para Monitoria e Avaliação

Embora não tenham sido ainda identificados indicadores universais para medir o sucesso da RBC, é perfeitamente possível a cada programa definir os seus resultados e indicadores e avaliar os seus resultados.

As diretrizes da RBC podem ser uma ferramenta útil para monitorar e avaliar programas de RBC. As directrizes sugerem determinados objectivos possíveis, resultados desejados e actividades para os diferentes elementos e componentes da Matriz de RBC. Planeadores e investigadores podem usá-los no desenvolvimento de indicadores apropriados para monitorar as suas actividades de RBC, assim como para medir a sua eficácia e impacto. Testar estes indicadores no terreno em diferentes regiões e usá-los na prática vai trazer mais dados concretos relativamente à RBC.

Por exemplo, alguns programas em vários países desenvolveram indicadores para a componente de Educação:



### Resultados desejados:

- Escolas locais aceitam todas as crianças incluindo crianças com deficiência
- Escolas locais são acessíveis e acolhedoras, com água e condições sanitárias adequadas.

### Indicadores:

- Número ou % de crianças em diferentes ramos de educação;
- Número de escolas com professores formados, salas de aula e casas de banho acessíveis.

@GCEN: Membro da comunidade geral a dar apoio a meninas com os seus estudos, Nigéria

**Exemplo de atividades relacionadas com a Matriz de RBC num projeto de RBC no Cambódia**

Saúde	Educação	Meios de Subsistência	Social	Reforço de poder
<b>Promoção</b> Colaborar com os prestadores de serviços de saúde para tornar os serviços disponíveis para os pobres	<b>Primeira infância</b> Formação de cuidadores e acompanhamento  Matricular crianças em creches ou jardins de infância	<b>Desenvolvimento de competências</b> Facilitar o ensino de conhecimentos vocacionais na comunidade  Referência para ensino de habilidades vocacionais <b>no centro</b>	<b>Relacionamentos, casamento e família</b> Aconselhamento / motivação para pessoas com deficiência e famílias sobre o direito de casamento	<b>Comunicação</b> Ensino de conhecimentos de comunicação  Materiais de apoio para a comunicação
<b>Prevenção</b> Educar as pessoas da comunidade sobre nutrição, saneamento, saúde ocular, prevenção de deficiência	<b>Ensino Primário</b> Sensibilização na escola  Matrículas e apoio às crianças na escola  Motivar a família para apoiar a educação das crianças	<b>Auto emprego</b> Realizar avaliação de meios de vida e apoio para iniciar um negócio	<b>Assistência Pessoal</b> Formação de membros da família sobre como cuidar de pessoas com deficiência  Acompanhamento e aconselhamento	<b>Mobilização social</b> Sensibilização do nível comunitário ao nível nacional  Selecionar e treinar os voluntários da comunidade  Estabelecer e formar comitês comunitários de deficiência
<b>Cuidados Médicos</b> Referência de clientes aos serviços de saúde e acompanhamento	<b>Ensino Secundário e Superior</b> Continuar a apoiar na escola e motivar família  Defender e desenvolver a capacidade de Universidades selecionadas sobre a educação inclusiva	<b>Serviços Financeiros</b> Atribuir empréstimos para iniciar negócios  Acompanhamento de reembolso de empréstimo	<b>Cultura e artes</b> Incentivar pessoas com deficiência a participar em atividades culturais	<b>Participação Política</b> Compartilhar informações sobre eleições para pessoas com deficiência e famílias  Incentivar pessoas com deficiência a participar do processo de eleição nacional

<p><b>Reabilitação</b> Fornecer orientação / mobilidade e formação sobre aspectos da vida diária, formação para clientes com deficiência visual</p> <p>Redirecionar clientes para centro de reabilitação</p>	<p><b>Informal</b> Aprendizagem em casa</p>	<p><b>Emprego assalariado</b> Assistir pessoas com formação na procura de emprego</p> <p>Advogar junto de empregadores para a criação de oportunidade para pessoas com deficiência</p>	<p><b>Lazer, recreação e desporto</b> Organizar eventos desportivos e jogos</p>	<p><b>Grupos de auto-ajuda</b> Estabelecer e treinar grupos de auto-ajuda</p> <p>Apoio a atividades de advocacia</p> <p>Acompanhamento e aconselhamento</p>
<p><b>Meios de Compensação</b> Consultar pessoas com deficiência para receber meios de compensação</p> <p>Subvenção para aqueles que não podem pagar pelos meios</p>	<p><b>Ao longo da vida</b> Motivação permanente para continuar a aprender através da partilha de informações, resolução de problemas em conjunto, etc.</p>	<p><b>Proteção social</b> Defesa do trabalho em rede com sistemas de previdência do governo</p> <p>Defesa do desenvolvimento de políticas</p>	<p><b>Acesso à justiça</b> Apoio a pessoas com deficiência e famílias no acesso a assistência jurídica e justiça</p>	<p><b>OPDs</b> Capacitar as organizações de pessoas com deficiência do distrito (OPDs)</p> <p>Ligar grupos de auto-ajuda às OPDs de nível distrital, e OPDs de nível distrital ao nível nacional</p>

**Em conclusão, as diretrizes de RBC podem ser uma ferramenta eficaz no planeamento e monitoria, trabalho em rede e criação de alianças e advocacia junto de decisores políticos, para atingir o objetivo do desenvolvimento inclusivo.** Para a RBC ser bem sucedida, é importante que os programas de RBC assegurem que todos os atores-chave preencham as suas responsabilidades respectivas e trabalhem para comunidades inclusivas de pessoas com deficiência.

## Referências

- Adeoye A, Hartley S (2008). **CBR Programmes in Africa: A preliminary Analysis**. In: S. Hartley and J. Okune (Eds) CBR: Inclusive policy development and implementation. University of East Anglia: Norwich, UK.
- ILO, UNESCO, WHO (2004). **CBR: A Strategy for Rehabilitation, Equalization of Opportunities, Poverty Reduction and Social Inclusion of People with Disabilities**. Joint Position Paper, Geneva.
- Khasnabis C, Heinicke-Motsch K (2008). **The Participatory Development of International Guidelines for CBR**. Lepr Rev; 79: 17-29.
- Thomas M, Kuno K, Nazmdeh K, Davies M, Kumazawa Y, Ilagan M (2010). **Partnerships and Alliance Building in CBR**. In: M. Thomas, A. Ninomiya, E. Aizawa (Eds). CBR and Inclusive Development in Asia and the Pacific. Asia-Pacific Development Centre on Disability, Bangkok, Thailand, 45-54.
- Nações Unidas (2006). **Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência**.
- WHO, UNESCO, ILO, IDDC (2010). **Community Based Rehabilitation: CBR Guidelines**. WHO, Geneva.



**International Disability and  
Development Consortium**

**International Disability and  
Development Consortium (IDDC)**

rue Washington 40  
B-1050 Brussels  
Belgium

[www.iddcconsortium.net](http://www.iddcconsortium.net)

**Contact the IDDC CBR Task Group:**  
[cbr@iddcconsortium.net](mailto:cbr@iddcconsortium.net)